

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022

65

5. Anexo às demonstrações financeiras

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Câmara Municipal do Nordeste

Praça da República

9630-141 – Nordeste

Telefone: 296480060

Fax: 296488519

E-mail: geral@cmnordeste.pt ou expediente@cmnordeste.pt

N.º de Identificação Fiscal: 512042659

Número de eleitores: 4.865

66

Estrutura organizacional

A estrutura e organização dos serviços municipais constavam do Aviso n.º 3197 publicado no apêndice n.º 48 do Diário da República, 2.ª Série de 18 de abril de 2001. Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, e a publicação dos diplomas legais conexos, novos desafios vieram colocar-se à Administração Local designadamente em matéria de planeamento e gestão de recursos humanos e a sua articulação com a gestão orçamental, tendo-se procedido à reformulação da estrutura orgânica em 2009, a qual se encontra publicada através do Aviso n.º 12248/2009, 2.ª Série, N.º 132, de 10 de julho.

Posteriormente foi publicado o Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro, que veio estabelecer um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das autarquias locais. Tendo a autarquia restrukturado os seus serviços municipais, adotando um modelo de estrutura orgânica do tipo hierárquica, contemplando duas unidades flexíveis e quinze subunidades flexíveis, das quais algumas poderão não estar dependentes diretamente de uma unidade flexível, uma vez que as suas competências poderão em alguns casos serem transversais. O modelo adotado encontra-se publicado no Diário da República, 2.ª série, número 6 de 10 de janeiro de 2011.

Quanto aos objetivos gerais, no desempenho das suas atribuições, os serviços municipais devem prosseguir a realização plena, oportunamente e eficiente das ações e tarefas definidas pelos órgãos municipais, no sentido do desenvolvimento socioeconómico do concelho, designadamente os constantes dos planos e programas de atividades; promover a obtenção de índices crescentes de melhoria de prestação de serviços às populações, respondendo de forma eficaz às suas necessidades e aspirações; maximizar o aproveitamento dos recursos

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022

disponíveis no quadro de uma gestão racional e moderna; promover a participação organizada, sistemática e responsável, dos agentes sociais e económicos e dos cidadãos em geral, nas decisões e na atividade Municipal. Finalmente, criar condições para a valorização e estímulo profissional dos trabalhadores e dignificação da sua função.

A autarquia dispõe de órgão de auditoria externa, sendo de sua competência a verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; a participação aos órgãos municipais competentes das irregularidades, bem como dos factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município; a verificação dos valores patrimoniais do município, ou por eles recebidos em garantia, depósito ou outro título; o envio semestral ao órgão deliberativo do município da informação sobre a respetiva situação económica e financeira e a emissão de parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela Assembleia Municipal.

Compete à Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea a), do n.º 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022

Em resultado das eleições autárquicas de 26 de outubro de 2021, o registo dos eleitos para os órgãos das autarquias locais, ao abrigo do artigo 234º da lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, foram:

CÂMARA MUNICIPAL DE NORDESTE		R. Autónoma Açores; Concelho do Nordeste					
Nome	Cargo	Profissão	Idade em 2021	Residência (Concelho, Freguesia ou País)	Naturalidade (Concelho, Freguesia ou País)	Partido ou Coligação	
António Miguel Borges Soares	Presidente	Bancário	48	Travessa da Fonte n.º 5 9630-117 Lomba da Fazenda	Vila de Nordeste, Concelho de Nordeste	PSD	
Marco Paulo Rebelo Mourão	Vereador em Regime de Tempo Inteiro	Professor	47	Rua António Alves de Oliveira, n.º 38 9630-147 Nordeste	Cumeira, Concelho de Santa Marta de Penaguião	PSD	
Sara Raquel Mendonça Sousa	Vereador em Regime de Tempo Inteiro	Socióloga	39	Estrada Regional n.º 18-B 9630-161 Nordeste	Nordeste, concelho de Nordeste	PSD	
Flávio Silva Soares	Vereador	Técnico de Informática	32	Rua do Vale Verde, n.º 15 9630-313 Santana	Santana, Concelho de Nordeste	PSD	
Rafael Melo Branco	Vereador	Técnico Superior	27	Rua da Lomba n.º 37, Lomba da Pedreira 9630-195 Nordeste	Nordeste, Concelho de Nordeste	PS	

68

Este município dispõe de fiscal único, Duarte Giesta e Associado, SROC, Lda.

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I e o organograma no ANEXO II.

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2022	2021
Caixa	197,65	528,10
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	784 521,61	2 058 955,30
Outros depósitos		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	61 787,69	58 187,69
Total	846 506,95	2 117 671,09

69

Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022

Banco	Número da conta	Saldo certificado pela instituição	Operações em trânsito		Saldo contabilístico (6)=(3) + (4) - (5)
			A adicionar	A subtrair	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Equivalentes de caixa					
Santander Totta	806935091020	276 019,44	-	140 324,01	135 695,43
Caixa Económica Montepio Geral	22610023413-8	71 137,31	-	-	71 137,31
Caixa Geral de Depósitos	54000008433063	319 376,31	24 444,59	44 655,73	299 165,17
Novo Banco do Açores	100396980003	437 262,38		158 738,68	278 523,70
Total de equivalentes de caixa		1 103 795,44	24 444,59	343 718,42	784 521,61
Caixa					
Total de Caixa e equivalentes de caixa					
Outros depósitos					
Caixa Geral de Depósitos	5400000522823090	61 787,69			61 787,69
Total de outros depósitos		61 787,69			61 787,69

**Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela terceira vez de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O balanço e a demonstração de resultados de 2022 foram preparadas de acordo com o SNC-AP, assim como a informação relativa ao ano anterior.

70

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

Na mensuração após o reconhecimento é utilizado o modelo de custo de acordo com o qual os itens do ativo fixo tangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidades acumuladas.

No ano de 2021, procedeu-se à atualização da vida útil dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, de acordo com o definido pelo SNC-AP, subtraindo-se a vida útil já decorrida nos termos do CIBE e, nos casos em que se verificou grandes reparações, aumentou-se a respetiva vida útil do ativo, nos termos definidos pelo SNC-AP. A nova taxa de depreciação foi calculada em resultado da vida útil remanescente. Nos casos em que resultou uma vida útil negativa, o valor do ativo remanescente foi reconhecido no património líquido, na conta 564 “Ajustamentos de transição para o SNC-AP”, pois tal modificação surge na sequência da aplicação, do SNC-AP.

Esta atualização vem no surgimento da substituição do CIBE, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que é substituído pelo CC, Classificador Complementar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, em que neste, as vidas úteis dos bens são alteradas dai derivar esta situação.

No decurso do ano de 2021, aquando da aplicação desta alteração, foram detetadas algumas situações irregulares.



Dessa análise foram detetadas várias situações em que os bens imóveis se encontravam incorretamente reconhecidos no património do Município. De salientar, que a maior parte das irregularidades detetadas aconteceram em bens que o Município já detinha aquando da entrada em vigor do POCAL, em 2002, pelo que muitas das situações erradas teve por base erros de conversão de escudos para euros ou de introdução inicial dos valores.

Em 2022 e no seguimento da atualização explanada no paragrafo anterior, foi efetuada uma análise, aos ativos inventariados e foram detetadas inúmeras situações onde os bens imóveis se encontravam incorretamente reconhecidos no património do Município.

71

Foi efetuada para uma prestação de serviços com uma empresa especializada na área para proceder à regularização de todas as situações incorretas, a qual através da informação remetida pelo Município, foi lhe possível aferir diversos valores para os demais bens em análise, apurando assim novos valores de aquisição dos bens do património do Município, sendo que se consideraram no total 581 bens inventariados.

No relatório elaborado pela empresa surge:

"De salientar, que é sugerido regularizar positiva/ negativamente o Valor de Aquisição de 65 dos 581 bens em análise, pois apresentavam uma diferença no Valor de Aquisição em relação ao Valor apurado (através dos documentos remetidos pelo Município) superior a 1.000€.

É importante referir, que algumas irregularidades detetadas aconteceram em bens que o Município já detinha aquando da entrada em vigor do POCAL, em 2002, pelo que muitas das situações erradas tiveram por base erros de conversão de escudos para euros ou de introdução inicial dos valores.

Assim, face ao exposto e após realizada a análise dos bens, destacam-se 4 situações distintas, a saber: • Azul: estão identificados todos os bens corretamente registados, isto é, o valor do reconhecimento inicial no Património, considerado na data de aquisição do bem, corresponde ao valor da avaliação inicial ou ao valor de aquisição/construção apurado através dos documentos comprovativos (faturas, ordens de pagamento, contratos de compra e venda, entre outros) fornecidos pelo Município. Considera-se que estes bens apresentam custo histórico e, por isso, estão registados de forma correta, sendo que não será necessário regularizar a sua situação. Desta forma, o valor inventariado na aplicação SNP, associado a estes bens, encontra-se correto devido a apresentarem um custo histórico e assim é possível considerá-lo no reconhecimento



inicial do bem; • Verde: estão identificados todos os bens em que foram apuradas diferenças materialmente irrelevantes (abaixo dos 1.000€), entre o valor do reconhecimento inicial, no Património, e o valor da avaliação inicial ou ao valor de aquisição/construção apurado, através dos documentos comprovativos (faturas, ordens de pagamento, contratos de compra e venda, entre outros) fornecidos pelo Município; • Amarelo: estão identificados todos os bens em que não foi enviada informação suficiente que permitisse tirar conclusões relativamente ao registo do bem no Património. De notar, que grande parte destes bens são muito antigos, pelo que já não existe no Município documentação histórica referente a estes bens e, por isso, não é possível apurar os valores representados tanto no Valor de Aquisição do bem, como no Valor dos Saldos Iniciais da rubrica financeira associada ao bem, em 2002; • Vermelho: estão identificados todos os bens erradamente registados, pelo que nestes casos sugere-se a sua regularização. Em termos de regularizações, sugere-se as seguintes situações:

o Caso exista informação relativa ao custo histórico do bem, sugere-se a sua regularização pelo custo histórico, tendo em consideração os devidos ajustamentos relativos às depreciações acumuladas desde o ano de aquisição do bem e o ano contabilístico atual;

o Caso não exista informação relativa ao custo histórico, mas sim uma avaliação efetuada por um perito competente para o efeito, sugere-se que seja efetuada a regularização do valor registado no património pelo valor da avaliação nos seus Saldos Iniciais à data de inventariação. Dado que essas avaliações remetem à data de 2002 e, se encontram em desacordo com a realidade devido ao lapso temporal existente entre as datas das avaliações e a data atual, pelo que os valores dos bens não devem ser regularizados à data atual por esse valor de avaliação. Dessa forma, e dada a complexidade e carga de trabalhos a realizar com novas avaliações, considera-se que as mensurações erradas dos Saldos Iniciais, através das avaliações realizadas em 2002, devem ser corrigidas, dado que para além de corresponderem ao real valor apurado aquando a sua inventariação, na maioria dos casos os erros tiveram por base erros de conversão de escudos para euros ou de introdução inicial dos valores. Dessa forma, o valor da avaliação foi considerado à data de inventariação de cada bem e realizado o cálculo das depreciações desde a respetiva data de inventariação para efeitos de regularização. Contudo, nas situações referidas acima, caso exista caderneta predial e, como tal, um Valor Patrimonial Tributário (VPT) atribuído ao imóvel, o mesmo



prevaleceu, tendo por base o disposto na NCP 5, ou seja, será regularizado pelo valor do VPT;

o Caso não exista informação relativa ao custo histórico, nem uma avaliação efetuada por um perito competente para o efeito, mas existe uma caderneta predial com um VPT associado ao imóvel, sugere-se regularizar o seu Valor de Aquisição pelo valor apresentado pelo VPT, à data atual;

o Nas situações em que os bens apresentam valores de financiamentos atribuídos e sendo que a única informação remetida foi o VPT, através das cadernetas prediais, e de modo a continuar a realizar o cálculo dos proveitos diferidos dos respetivos financiamentos, apenas foi considerado o valor e a vida útil das respetivas grandes reparações, dado que ao regularizar os bens pelo VPT a sua vida útil seria zero, e dessa forma não seria realizado o cálculo dos proveitos diferidos.

73

Perante o exposto, apresenta-se a listagem dos bens por categoria, sendo que os bens irão constar classificados nas categorias descritas acima (bens corretamente registados; bens com diferenças materialmente irrelevantes; bens sem documentação suporte suficiente; bens com necessidade de regularização)."

Sendo um documento extramente importante, constará como anexo a esta prestação de contas.

Assim, foram efetuadas as correções ao ativo fixo tangível no montante de 21 935 177,26 euros, o que se traduziu numa diminuição total do ativo por contrapartida de uma diminuição total do património líquido.

Ativos intangíveis

Os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Na mensuração após o reconhecimento é utilizado o modelo de custo de acordo com o qual os itens do ativo intangível são escriturados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quais perdas por imparidades acumuladas.



Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

74

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil do bem.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rúbricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou outras contas a receber.



Erros materiais de períodos de anteriores

Nada a declarar, para além dos evidenciados nas principais rúbricas, nomeadamente na de Ativos Fixos Tangíveis.

75

Alterações de políticas contabilísticas

No ano de 2021 foram efetuadas alterações às vidas úteis dos bens do ativo fixo tangível, nomeadamente edifícios e outras construções, tendo-se atualizado o cadastro e vida útil destes ativos face às disposições do SNC-AP.

No ano de 2022, nada a declarar.

Nota 3 – Ativos intangíveis

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 3 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RÚBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	43 798,93	43 798,93	-	-	43 798,93	43 798,93	-	-
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	152 380,54	115 215,58	-	37 164,96	155 969,81	129 537,52	-	26 432,29
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	196 179,47	159 014,51	-	37 164,96	199 768,74	173 336,45	-	26 432,29

Quadro 4 - Quantia escriturada e variações do período

RÚBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizaç ões	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	37 164,96	39 839,27	-	-	-	-	14 321,94	36 250,00
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	37 164,96	39 839,27	-	-	-	-	14 321,94	36 250,00
								26 432,29

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



Quadro 5 - Adições

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Expropri.	Doação	Dação em Pagament	Locação Financ.	Fusão	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	36 250,00	-	-	-	-	-	-	-	3 589,27	39 839,27
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	36 250,00	-	-	-	-	-	-	-	3 589,27	39 839,27

Quadro 6 - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições						Total
	Alienações a Título Oneroso	Transf. ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras		
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	-	-	-	-	-	-36 250,00 -36 250,00
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-36 250,00 -36 250,00

76

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município de Nordeste não tem acordos de concessão.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

O gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE



Prestação de contas

Exercício 2022

Quadro 7 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RÚBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	11 461 337,62	-	-	11 461 337,62	2 229 687,94	-	-	2 229 687,94
Edifícios e outras construções	10 822 570,55	4 951 586,33	-	5 870 984,22	10 923 383,06	5 327 920,46	-	5 595 462,62
Infraestruturas	41 797 601,28	19 307 557,54	-	22 490 043,74	42 592 650,41	20 503 554,91	-	22 089 056,50
Patrimônio histórico, artístico e cultural	33 918,26	33 918,26	-	-	33 918,26	33 918,26	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	182 193,70	-	-	182 193,70	93 508,03	-	-	93 508,03
	64 297 621,41	24 293 062,13	-	40 004 559,28	55 873 147,70	26 865 393,63	-	30 007 754,01
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	3 922 091,02	-	-	3 922 091,02	2 505 154,48	-	-	2 505 154,48
Edifícios e outras construções	30 514 213,50	7 235 373,32	-	23 278 840,18	15 812 611,70	2 912 196,74	-	12 900 414,94
Equipamento básico	535 707,13	416 376,23	-	119 330,90	556 195,65	448 552,92	-	107 642,77
Equipamento de transporte	1 059 687,97	736 495,92	-	323 192,05	1 102 737,97	790 149,91	-	312 586,06
Equipamento administrativo	242 218,92	183 946,21	-	58 272,71	251 161,34	189 209,09	-	61 952,25
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	380 234,18	186 001,35	-	194 232,83	490 618,79	221 279,62	-	269 339,12
Ativos fixos tangíveis em curso	288 224,81	-	-	286 224,81	584 703,56	-	-	584 703,56
	36 942 377,53	8 758 193,03	-	28 184 184,60	21 303 183,49	4 561 388,28	-	16 741 795,25
TOTAL	101 239 998,84	33 051 256,16	-	68 188 743,78	77 176 331,19	30 426 781,91	-	46 749 549,28

77

Quadro 8 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Reavaliações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	13 441 565,62	5 500,00	-	1 980 228,00	-	-	-	-	5 500,00
Edifícios e outras construções	6 207 671,85	5 605,00	-	99 280,00	-	-	-	221 291,34	21 721,29
Infraestruturas	23 666 377,41	210 510,56	-	674 408,29	-	-	-	687 131,07	25 304,87
Patrimônio histórico, artístico e cultural									22 490 043,74
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	52 059,83	172 261,24	-	32 073,77	-	-	-	-	10 053,60
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	43 367 674,71	393 876,80	-	2 785 990,06	-	-	-	908 422,41	62 579,76
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	1 951 923,48	-	1 980 228,00	-	-	-	-	10 060,46	3 922 091,02
Edifícios e outras construções	24 658 706,84	26 588,74	1 331 535,58	-	-	-	2 719 344,44	18 646,54	23 278 840,18
Equipamento básico	151 697,53	17 628,93	-	-	-	-	43 262,94	6 732,72	119 330,90
Equipamento de transporte	369 498,79	8 656,11	-	-	-	-	54 962,85	-	323 192,05
Equipamento administrativo	70 236,07	17 400,77	-	-	-	-	22 650,72	6 713,41	58 272,71
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	112 352,84	29 764,27	72 138,63	-	-	-	19 985,89	37,02	194 232,83
Ativos fixos tangíveis em curso	41 946,06	744 494,18	-	492 437,86	-	-	-	5 777,57	288 224,81
	27 356 361,71	844 533,00	2 891 464,35	-	-	-	-	2 860 206,84	47 967,72
TOTAL	70 724 036,42	1 238 409,80	105 474,29	-	-	-	-	3 768 629,25	110 547,48
									68 188 743,78

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



Quadro 9 - Adições

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Lotação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75 585,62	75 585,62
Edifícios e outras construções	-	24 163,67	-	-	-	-	-	-	-	54 641,77	78 805,44
Infraestruturas	-	202 584,74	-	-	-	-	-	-	-	84 966,38	287 551,12
Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	473 704,43	-	-	-	-	-	-	-	-	473 704,43
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	700 452,84	-	-	-	-	-	-	-	-	216 193,77	916 646,61
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	-	226 825,26	-	-	36 736,29	-	-	-	-	207 626,72	471 188,27
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	386 167,47	386 167,47
Equipamento básico	-	33 504,11	-	-	-	-	-	-	-	-	33 504,11
Equipamento de transporte	-	43 050,00	-	-	-	-	-	-	-	-	43 050,00
Equipamento administrativo	-	15 780,69	-	-	-	-	-	-	-	12 730,33	28 511,02
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	36 988,90	-	-	-	-	-	-	-	4 838,94	41 827,84
Ativos fixos tangíveis em curso	-	867 262,85	-	-	-	-	-	-	-	38 696,61	905 959,46
	1 223 411,81	-	-	36 736,29	-	-	-	-	-	650 060,07	1 910 208,17
TOTAL	-	1 923 864,65	-	-	36 736,29	-	-	-	-	866 253,84	2 825 854,78

78

Quadro 10 - Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	- 9 307 235,30	- 9 307 235,30
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	- 8 635,87	- 8 635,87
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-
Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-
Patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	- 9 315 871,17	- 9 315 871,17
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	- 1 934 124,81	- 1 934 124,81
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-15 600 869,24	-15 600 869,24
Equipamento básico	-	-	-	-	- 16 992,03	- 16 992,03
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	- 19 568,60	- 19 568,60
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	- 2 096,68	- 2 096,68
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-17 573 651,36	-17 573 651,36
TOTAL	-	-	-	-	-26 889 522,53	-26 889 522,53

Na nota 2, foi explicada a alteração contabilística que alguns destes bens sofreram ao nível das suas amortizações.



Nota 6 – Locações

O Município de Nordeste não tem contratos de locação.

Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos

Informação no ANEXO III.

79

Nota 8 – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

Em 2021, o imóvel que se encontrava em propriedades de investimento foi reclassificado para a conta 432 – Ativo Fixo Tangível.

No ano em causa não existem propriedades de investimento.

Nota 9 – Imparidade de ativos

No ano em análise não foram constituídas imparidades sobre os ativos.

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



Quadro 12 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-(4)-(5)+(6)-(7)+(8)	
Mercadorias									
Materias primas, subsidiárias e de consumo	240 102,01	376 506,89	341 485,98	-	-	-	-	-	275 122,92
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	240 102,01	376 506,89	341 485,98	-	-	-	-	-	275 122,92

80

É de referir que no ano em causa, existe mercadoria em trânsito no montante de 6.494,71€, estando este valor refletido nas compras líquidas. Tal situação, deve-se ao fornecedor ter emitido a fatura no mês de dezembro e a mesma não ter dado entrada no sistema de armazém.

Nota 11 – Agricultura

Não aplicável.

Nota 12 – Contratos de construção

Não aplicável.

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.



Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Inicio do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	168 791,50	-	-	-	
Vendas					
Água	-	-	-	-	
Produtos acabados e intermédios	21 359,77	-	-	-	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	
Prestação de serviços					
Resíduos sólidos	-	-	-	-	
Trabalhos por conta de particulares	-	-	-	-	
Cemitérios	5 490,15	-	-	-	
Mercados e feiras	-	-	-	-	
Outros	1 394,58	-	-	-	
Alienações					
Alienações de ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	
Outros Rendimentos					
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	43 364,76	-	-	-	
Outros Rendimentos suplementares	14 511,67	-	-	-	
Ganhos em inventários	-	-	-	-	
Rendimentos em entidades controlada, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	
Correções relativa a períodos anteriores	15 588,96	-	-	-	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	6 538,49	-	-	-	
TOTAL	277 039,88	-	-	-	

81

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Inicio do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	31 642,31	-	-	-	-
Imposto municipal sobre imóveis	455 844,00	-	-	-	-
Imposto único de circulação	80 484,10	-	-	-	-
Impostos indiretos					
Loteamentos e obras	-	-	-	-	-
Ocupação da via pública	-	-	-	-	-
Publicidade	-	-	-	-	-
Taxa municipal de direitos de passagem	-	-	-	-	-
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	-	-	-	-	-
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	178 032,54	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Taxas, multas e outras penalidades					
Multas e outras penalidades	-	-	-	-	-
Outras multas e penalidades	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	4 603 399,48	-	-	-	-
Serviços e fundos autónomos	9 665,52	-	-	-	-
Administração regional	8 376,00	-	-	-	-
Resto do mundo	65 236,79	-	-	-	-
Reversões					
De perdas por imparidade	-	-	-	-	-
De provisões	-	-	-	-	-
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	766 803,01	-	-	-	-
TOTAL	6 199 483,76	-	-	-	-

82

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos em 2020 para 361.368,68 euros, a qual se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Não houve alteração dos pressupostos considerados em 2020.

Quadro 15 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	361 368,68	-	-	-	-	-	-	-	-	361 368,68
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	361 368,68	-	-	-	-	-	-	-	-	361 368,68

**Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Nada a declarar.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Nada a declarar.

83

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Nada a declarar.

Nota 19 – Benefícios dos Empregados

Nada a declarar.

Nota 20 – Divulgação de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município de Nordeste nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

Quadro 16 - Entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Nordeste Ativo	EM, SA	Rua Dr. Manuel João da Silveira, n.º 1-A 9630-142 Nordeste	50 000,00	50 000,00	100%		100%

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



Quadro 17 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Nordeste Ativo	Entidade Controlada	Fornecimentos e serviços externos	82 161,95	36%	2 131,58
		Transferência Corrente	-	0%	78 317,69
		Subsídios de exploração	146 798,00	64%	12 233,13

84

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



Entidades Societárias Participadas

Denominação:	Nordeste Ativo E.M., SA
Endereço:	Rua Dr. Manuel João da Silveira, n.º 1 –A, 9630-142 Nordeste
Forma Jurídica	E.M.,SA
NPC/NIF	512088357
CAE	92610
Objeto	<p>1. Criação, implementação, desenvolvimento, instalação, gestão e conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local;</p> <p>2. Apoio de atividades desportivas e recreativas, no sentido de promover a prática desportiva e recreativa, bem como servir de apoio educativo à população escolar do Concelho de Nordeste;</p> <p>3. Criação, implementação, desenvolvimento, participação e gestão de infraestruturas capazes de potencializar as valências turísticas, etnográficas, gastronómicas e patrimoniais, quer a nível cultural, quer a nível paisagístico, quer ainda a nível urbanístico do Concelho de Nordeste.</p> <p>4. Gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, da recolha, tratamento e rejeição de efluentes, da recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, da higiene pública no concelho do Nordeste.</p> <p>5. Em complemento das atividades previstas nos números anteriores, poderá esta empresa pública Municipal exercer diretamente ou em colaboração com terceiros atividades acessórias ou subsidiárias da exploração e gestão, bem como outros ramos de atividades conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do seu objeto e que tenham em vista a realização dos fins socioculturais e a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.</p>
Escritura	1 de Julho de 2005
Publicação Estatutos / DR	N.º DR: 199 N.º Série: III pág. Inicial 22608 de 2005/10/17
Alteração Pub. Est.	Publicação 19/01/2007
Utilidade Pública	Não aplicável
Conselho de Administração	<p>Presidente - De 01/01/2021 a 31/12/2021 António Miguel Soares</p> <p>- Presidente - Vogais – De 01/01/2021 a 31/12/2021 Natália da Conceição Rego Borges e João de Deus Andrade Sousa</p>
Fiscal Único	Duarte Félix Tavares Giesta
Capital	50.000,00 €
Resultado Líquido do Exercício de 2022	1.114,79€
Estrutura das participações:	Município - 100%

85

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



Entidades Não Societárias Participadas

Denominação:	Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores
Endereço:	Rua Carvalho Araújo – Ponta Delgada
Telefone:	296209370
Forma Jurídica	AM
NPC/NIF	512021333
CAE	92000
Publicação Estatutos / Diário da República	N.º JO: 3 N.º Série: III pág. Inicial: 41 de 1987/02/13
Utilidade Pública	Não Aplicável
Quota paga em 2022	5.120,00€

86

Denominação:	Associação Nacional de Municípios Portugueses
Endereço:	Avenida Marnoco e Sousa, 52 Coimbra
Telefone:	239404434
Endereço eletrónico:	anmp@amnp.pt
Forma Jurídica	AM
NPC/NIF	501627413
CAE	94110
Publicação Estatutos / Diário da República	N.º DR: 75 N.º Série: III pág. Inicial: 3816 de 1985/03/30
Utilidade Pública	N.º DR: 276 N.º Série: II pág. Inicial: 11298 de 1985/11/30
Quota paga em 2022	4.423,76€

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



Denominação: Associação de Municípios da Ilha de São Miguel	
Endereço: Rua Engº Arantes de Oliveira, 15 B 9600-228 Ribeira Grande	
Telefone: 296472990	
Forma Jurídica	AM
NPC/NIF	512034010
CAE	38212
Publicação Estatutos / Diário da República	III Série nº 17 de 16.09.2002
Utilidade Pública	Não Aplicável
Quota paga em 2017	300.000,00 €

87

Unidades de Participação Detidas em Títulos e Obrigações de Participação

Entidade		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Obs.
Denominação	NIPC				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	417.857.175,00€	213.304,50€	0,05	213.304,50€	

(Montantes expressos em euros)

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Observações
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2022	
Nordeste Ativo E.M., SA	E.M., SA	512088357	50 000,00	01/07/2005	100,00	754 715,17	
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores	AM	512021333				14 887,01	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	AM	501627413				31 414,88	
Associação de Municípios da Ilha de São Miguel	AM	512034010	300 000,00			300 000,00	
Fundo de Apoio Municipal	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	513319182	213 304,50		0,05	213 304,50	



Nota 21 – Transferência e subsídios obtidos

Conta	Data	Saldo acum.	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos			Entidade
			Confirmação Externa	Diferença		
751113 - Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	Saldo:	2022 4 351 046,00 €	4 330 741,32 €	20 304,68 €	Poder Local	Direção Regional da Cooperação com o Poder Local
751114 - Fundo social Municipal (FSM)	Saldo:	2022 113 633,00 €	113 633,00 €	0,00 €	Poder Local	Direção Regional da Cooperação com o Poder Local
751115 - Participação no IRS	Saldo:	2022 70 327,00 €	70 327,00 €	0,00 €	Poder Local	Direção Regional da Cooperação com o Poder Local
751119 - Outras	Saldo:	2022 4 628,48 €	4 628,48 €	0,00 €	Secretaria-Geral da Administração Interna	Direção Regional da Cooperação com o Poder Local
751119 - Outras	Saldo:	2022 63 765,00 €	63 765,00 €	0,00 €	Poder Local	Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
751129 - Outras	Saldo:	2022 9 665,52 €	9 665,52 €	0,00 €	PO Açores 2020	Direção Regional da Cooperação com o Poder Local
751141 - RAA	Saldo:	2022 8 376,00 €	8 376,00 €	0,00 €	Fundo Europeu de Solidariedade	PO Açores 2020
75149 - OUTRAS	Saldo:	2022 40 777,44 €	40 777,44 €	0,00 €		
		Saldo da conta 75	4 686 677,79 €	4 666 373,11 €	20 304,68 €	

88

A diferença no montante de 20 304,68€, deve-se às retenções efetuadas para o Serviço Nacional de Saúde.

Nota 22 – Transferências e subsídios concedidos

	Transferências e Subsídios Concedidos	
	2022	2021
Freguesias	131 397,53 €	133 196,43 €
Insituições sem fins lucrativos	174 182,07 €	188 676,00 €
Ação Social	228 685,73 €	259 492,71 €
Bolsas	3 300,00 €	2 200,00 €
Outras	11 615,80 €	5 971,95 €
Empresas Locais	225 115,69 €	171 040,94 €
Segurança Social	211 991,53 €	0,00 €
Familias	35 000,00 €	54 400,00 €
	1 021 288,35 €	814 978,03 €

O aumento verificado deve-se ao facto da reclassificação efetuada aos encargos com a segurança social dos trabalhadores afetos a programas ocupacionais.

Esta reclassificação em 2022 refletiu-se numa diminuição da rubrica de gastos com o pessoal.



Nota 23 – Outras divulgações

Nesta são divulgadas todas as informações consideradas relevantes.

As garantias bancárias prestadas ao município em vigor são elencadas no quadro seguinte:

Procedimento	Adjudicatário	N.º Caução/Tipo	Instituição	Data da Prestação da Caução	Valor da Caução	Cauções Prestadas e em Vigor
Concurso limitado sem publicação de anúncio para a Execução da Empreitada de Melhoramentos e Manutenção do Mercado Municipal – Proc.º 65/2005	Contrataçor (José de Simas Moniz & Filhos, Lda)	Guia de Depósito	Caixa Geral de Depósitos	16/01/2006	1.507,65€	
	Trabalhos a mais (18/04/2006)	Guia de Depósito	Caixa Geral de Depósitos	13/04/2006	225,17€	
Concurso Público para Execução da Empreitada de Beneficiação de Arruamentos no Concelho, no Âmbito da Obra de Pavimentação de Arruamentos e Vias do Concelho – Proc.º 112/2019	Tecnovia Açores – Lotes 2, 3, 5, 6 e 7	Garantia bancária n.º 96230048 8029811	Santander	11/11/2019	11.637,98€ (2% para o contrato e 2% para reforço de caução)	Libertada a 17/03/2022
Concurso Público para Execução da Empreitada de Adaptação e Ampliação de um Edifício Existente a Capela Funerária e Respetivos Acessos – Vila de Nordeste – Proc.º 104/2020	José de Simas Moniz & Filhos, Lda.	Guia de Depósito	Banco Montepio	27/11/2020	7.489,96€	Em vigor
Concurso Público para Execução da Empreitada de Reabilitação do Edifício onde se encontra instalado o Serviço da CPCJN e Outros, no âmbito da Remodelação e Requalificação de Edifícios Municipais – Proc.º N.º 23/2021	José de Simas Moniz & Filhos, Lda.	Guia de Depósito	Banco Montepio	31/03/2021	6.228,99€	Em vigor
Concurso Público para Execução da Empreitada de Reabilitação do Espaço do Campo de Futebol da Fazenda e das Zonas Envoltoras – Proc.º N.º 65/2021	José de Simas Moniz & Filhos, Lda.	Guia de Depósito	Banco Montepio	11/06/2021	8.899,98€	Em vigor

89

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



Nota 24 - Outras contas a receber/ Outras contas a pagar

Outras Contas a Receber - Não Corrente	2022	2021
Nordeste Ativo EM	33 870,00 €	33 870,00 €
Tribunal Judicial Comarca Açores - Sec.	15 526,59 €	15 526,59 €
	49 396,59 €	49 396,59 €

Outras Contas a Receber - Corrente	2022	2021
IMI	455 844,00 €	454 462,27 €
IMT	6125,97	13 907,64 €
Derrama	341,40 €	1 009,94 €
Outros	5 138,55 €	4 514,45 €
Juros a Receber	16,98 €	21,94 €
Outros Acréscimos	195,31 €	189,65 €
	467 662,21 €	474 105,89 €

Outras Contas a Pagar - Não Corrente	2022	2021
Cauções	73 967,41 €	53 150,71 €
	73 967,41 €	53 150,71 €

Outras Contas a Pagar - Corrente	2022	2021
Estimativa Encargos com Férias e Subsídio	171 701,39 €	172 774,88 €
Juros a Pagar	7 865,15 €	6 093,90 €
Seguros a Liquidar	0,00 €	376,67 €
Outros	109 846,99 €	36 433,74 €
	289 413,53 €	215 679,19 €

90

Nota 25 – Alterações ao resultados transitados

A alteração verificada deve-se ao facto dos movimentos de regularizações efetuados no ativos fixos tangíveis serem referentes a exercícios anteriores.

De acordo com o relatório mencionado na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, onde se refere a diminuição na ordem dos 21 935 177,26 euros, essa diminuição foi refletida na rubrica de resultados transitados em virtude de se tratar de movimentos de correção correspondentes a anos anteriores.



Nota 26 – Fornecimentos e serviços externos

91

Fornecimentos e serviços externos

	2022	2021
62139 Outros	344,94 €	17,24 €
62171 Tratamento de RSU's	15 476,44 €	15 576,60 €
62172 Recolha e limpeza urbana	6 116,00 €	6 312,96 €
62199 Outros	2 030,55 €	13 786,35 €
62211 Estudos, pareceres e consultoria jurídica	102 506,65 €	43 938,08 €
62212 Projetos e serviços de informática	91 846,92 €	54 318,33 €
62213 Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	64 443,80 €	73 587,48 €
62214 Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	12 180,00 €	12 264,00 €
62217 Formação ao pessoal	2 764,00 €	0,00 €
622199 Serviços especializados	63 792,82 €	51 802,56 €
6222 Publicidade, comunicação e imagem	9 537,30 €	8 969,08 €
6223 Vigilância e segurança	50 951,62 €	25 651,49 €
62243 Apoio judiciário	0,00 €	8 700,00 €
62249 Outros honorários	0,00 €	0,00 €
62251 De cobrança de impostos e taxas	17 747,96 €	15 738,40 €
622611 Edifícios	15 021,01 €	7 937,56 €
622612 Serviços especializados	3 044,81 €	3 102,01 €
622613 Serviços especializados	11 982,70 €	4 110,06 €
622619 Serviços especializados	195,11 €	105 448,09 €
622622 Serviços especializados	0,00 €	0,00 €
622623 Serviços especializados	554,22 €	292,90 €
622629 Outros	0,00 €	0,00 €
622699 Outros	1 070,10 €	1 276,64 €
6229 Outros serviços especializados	0,00 €	240,12 €
62311 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00 €	0,00 €
623120 Materiais de consumo	33 922,64 €	22 304,47 €
623129 Materiais de consumo	90,19 €	75,17 €
6233 Material de escritório	1 288,25 €	1 173,23 €
6234 Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	4 868,12 €	-864,72 €
62351 Materiais de Desporto	0,00 €	0,00 €
62352 Materiais de Educação	3 272,45 €	1 748,54 €
62361 Artigos de Higiene e Limpeza	56,07 €	0,00 €
62362 Vestuário e artigos pessoais	0,00 €	0,00 €
6239 Outros materiais diversos de consumo	24 505,29 €	10 785,75 €
6241 Eletricidade	115 536,10 €	117 956,64 €
624211 Gasóleo - Maquinas e Viaturas	65 549,79 €	46 716,56 €
624291 Energia e fluidos	1 122,48 €	980,18 €
6243 Água	39 916,20 €	29 629,37 €
6251 Deslocações e estadas	9 673,14 €	3 825,47 €
6252 Transportes de pessoal	2 298,97 €	800,00 €
6259 Outros	11 373,27 €	2 582,06 €
62612 Edifícios	0,00 €	4 200,00 €
62613 Habitação	6 600,00 €	600,00 €
62614 Material de Transporte	94 847,74 €	98 125,21 €
62615 Equipamento	18 454,12 €	13 031,95 €
62619 Outros	19 192,79 €	14 426,16 €
62621 Comunicações Fixas	3 676,70 €	3 190,00 €
62622 Comunicações Móveis	5 223,24 €	5 298,50 €
62623 Internet	12 619,40 €	11 101,67 €
62624 Serviços Postais	4 288,38 €	3 748,75 €
62629 Outros	216,91 €	0,00 €
626301 Seguros - Máq. Viatura	3 824,04 €	4 170,91 €
626399 Seguros - Outros	29 066,08 €	32 267,63 €
6267 Limpeza, higiene e conforto	0,00 €	1 586,53 €
62699 Outros	323 369,72 €	74 028,69 €
	1 306 459,03 €	956 558,67 €

CÂMARA MUNICIPAL DO NORDESTE

Prestação de contas

Exercício 2022



O incremento verificado deve-se à retoma das atividades promovidas pelo município.

92